



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. Caroline De Toni)

Solicitação de informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), Sidônio Palmeira, acerca dos critérios, procedimentos e mecanismos de controle adotados para a alocação e execução dos recursos destinados à publicidade governamental e eventual direcionamento político para promoção da imagem do Presidente da República.

Senhor Presidente,

Consubstanciado nos arts. 50, § 2º e 49, X da Constituição da República, bem como nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, este ofício tem por objetivo solicitar informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), Sidônio Palmeira, acerca dos critérios, procedimentos e mecanismos de controle adotados para a alocação e execução dos recursos destinados à publicidade governamental e eventual direcionamento político para promoção da imagem do Presidente da República.

Diversas matérias jornalísticas veiculadas por veículos de comunicação, dentre eles [Gazeta do Povo](#), [Folha de S.Paulo](#) e [Revista Oeste](#), indicam que o governo vem ampliando os investimentos em publicidade, com valores que podem atingir aproximadamente R\$ 35 bilhões, supostamente destinados à melhoria da imagem institucional do poder executivo. Já matérias publicadas na [Gazeta do Povo](#), [Valor Econômico](#) e [CNN Brasil](#) suscitam que a SECOM e/ou seu Ministro estariam envolvidos em ações para promover a imagem do Presidente da República, e antecipando, de forma indireta, uma estratégia de pré-campanha para a reeleição em 2026. Diante dos fatos e fundamentos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 11/03/2025 13:52:32.890 - Mesa

RIC n.740/2025

apresentados, requer-se a Vossa Senhoria esclarecimentos e informações específicas, conforme as perguntas que seguem:

• **CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO:**

- 1) Quais são os critérios e os mecanismos adotados para a distribuição dos recursos destinados à publicidade governamental?
- 2) No que tange as propagandas institucionais, quais são os critérios/protocolos que a Secom utiliza para não violar o art. 37, § 1º da Constituição Federal?

• **PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO:**

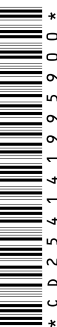
- 3) Como se dão os processos de contratação de agências, serviços e aquisição de bens relacionados às campanhas publicitárias?
- 4) Quais os parâmetros de transparência e publicidade dos contratos, licitações e aditivos firmados para tais finalidades?

• **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:**

- 5) De que forma os recursos destinados à publicidade serão empregados?
- 6) Houve estudos técnicos, pareceres ou análises que fundamentaram esses critérios de distribuição? Se sim, favor encaminhar a documentação comprobatória.
- 7) Há previsão orçamentária que discrimine, de forma específica, a destinação para ações que promovam a imagem institucional do poder executivo em contraposição à promoção pessoal do Presidente Lula?

• **MECANISMOS DE CONTROLE:**

- 8) Quais os mecanismos de auditoria e controle interno e externo estão sendo implementados para assegurar a observância dos princípios da administração pública e evitar o direcionamento político dos recursos?
- 9) Há acompanhamento por órgãos como o Tribunal de Contas, a CGU e o Ministério Público?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 11/03/2025 13:52:32.890 - Mesa

RIC n.740/2025

10) As matérias da [Gazeta do Povo](#) e [CNN](#) trazem informações de que os ministros do Lula para discursar estão seguindo as orientações do Ministro Sidônio, e que ele já está dando indícios do tom de uma possível campanha para 2026 “Lula, o mais brasileiro”. Neste sentido pergunta-se: É comum a estrutura da SECOM, ou seu Ministro atuarem diretamente na elaboração de discursos de demais Ministros, ou definirem estratégias para dar o tom de uma campanha eleitoral?

11) Desde sua posse, com que frequência o Ministro Sidônio ou a SECOM atuaram diretamente para promoção da imagem pessoal do presidente Lula? Quais peças publicitárias foram elaboradas, para veiculação nos canais de mídia nacionais e internacionais que tenham Lula como protagonista direto?

• **AGENDAS:**

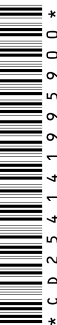
12) Desde que tomou posse, quantas vezes o Ministro Sidônio se encontrou com o Presidente Lula? Favor enviar os registros de agenda dos encontros, com o motivo da agenda e o tempo de duração.

13) Desde 2023, e antes de tomar posse como Ministro, quantas vezes o senhor Sidônio Palmeira visitou o Presidente República ou diretamente servidores vinculados a SECOM? E quais foram às agendas realizadas? Favor enviar os registros comprobatórios.

14) Quais foram às agendas realizadas pelo Ministro Sidônio desde que ele tomou posse, e quem participou destas agendas além do ministro? Quais foram às pessoas que visitaram o Ministro desde que ele tomou posse? Favor enviar os registros comprobatórios.

• **DOCUMENTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:**

15) Quais documentos, relatórios, pareceres e justificativas técnicas e legais podem ser disponibilizados que evidenciem a destinação, os critérios de seleção e os processos de contratação relacionados à publicidade governamental? E quais medidas estão sendo adotadas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 11/03/2025 13:52:32.890 - Mesa

RIC n.740/2025

para prevenir a utilização indevida dos recursos públicos para fins de promoção pessoal ou partidária? Favor enviar documentação comprobatória.

• **MEDIDAS DE PREVENÇÃO A IRREGULARIDADES:**

16) Desde 2023, quantas vezes a SECOM acionou a sua Consultoria Jurídica para verificar a legalidade de alguma campanha ou ação publicitária realizada? Quais foram estes casos? Favor enviar a documentação comprobatória.

• **DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS**

Requer-se, ainda, a disponibilização dos seguintes documentos e informações:

- Relatórios orçamentários e financeiros que detalhem a previsão, a execução e a destinação dos recursos de publicidade governamental dos anos 2023 a 2025.
- Cópias dos contratos, termos aditivos e demais instrumentos que regulamentem a contratação dos serviços e a aquisição de bens para as ações publicitárias, para os anos de 2023 a 2025.
- Pareceres jurídicos e técnicos que fundamentem a utilização dos recursos em questão.
- Informações relativas aos mecanismos de controle e fiscalização adotados, bem como os resultados de eventuais auditorias realizadas.

JUSTIFICAÇÃO

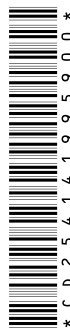
A presente solicitação fundamenta-se em graves indícios de que a estrutura da administração pública, especialmente por meio da atuação da SECOM e de seus gestores, possa estar sendo empregada para fins políticos, configurando uma antecipação de pré-campanha para a reeleição do Presidente da República em 2026.

A utilização de recursos públicos destinados à publicidade governamental, cujo montante pode alcançar cifras da ordem de R\$ 35 bilhões – conforme



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel. (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254141995900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 11/03/2025 13:52:32.890 - Mesa

RIC n.740/2025

veiculado por matérias da Gazeta do Povo, Valor Econômico e CNN Brasil – suscita dúvidas acerca dos mecanismos de controle e fiscalização que garantam a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A matéria jornalística publicada, com o título “Sidônio e Lula preparam disputa pelo nacionalismo com a direita em 2026”, bem como as reportagens do Valor Econômico e da CNN Brasil, indicam a existência de uma gestão intensificada dos recursos de publicidade e sugerem a possibilidade de que tais recursos estejam sendo empregados não apenas para a promoção institucional do governo, mas também para a promoção pessoal do Presidente Lula.

Esta situação, se comprovada, não só contraria os preceitos legais que regem a execução orçamentária e a administração pública, mas pode também configurar crime de responsabilidade, dada a utilização indevida de recursos públicos para fins eleitorais.

Nesse contexto, as questões ora formuladas – que abrangem desde os critérios de alocação dos recursos e os procedimentos de contratação, passando pela destinação dos recursos e a existência de previsão orçamentária específica, até os mecanismos de controle, risco de direcionamento político, atuação direta de autoridades, e, por fim, a documentação e medidas de prevenção de irregularidades – revelam a necessidade de esclarecimentos detalhados sobre:

- a forma como os recursos de publicidade estão sendo distribuídos e empregados;
- se há diferenciação entre a promoção institucional e a promoção pessoal de autoridades, especialmente do Presidente;
- os procedimentos de contratação, transparência e publicidade dos contratos e licitações;
- os mecanismos de auditoria e controle interno e externo que acompanham esses investimentos; e
- a regularidade da atuação do Ministro Sidônio e da SECOM no que diz respeito à definição de estratégias e elaboração de discursos que possam configurar uma antecipação de pré-campanha.



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel. (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254141995900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 11/03/2025 13:52:32.890 - Mesa

RIC n.740/2025

Tal esclarecimento é imperioso para assegurar a observância dos princípios constitucionais, em especial os preceitos do art. 37 da Constituição Federal, e para garantir o direito fundamental de acesso à informação (art. 5º, inciso XXXIII), bem como para prevenir a utilização dos recursos públicos para fins de promoção pessoal ou partidária, o que violaria a moralidade e a impessoalidade da administração pública.

Assim, em consonância com o dever de transparência e com a necessidade de resguardar o interesse público, este requerimento se mostra indispensável para elucidar os fatos e prevenir eventuais irregularidades na gestão dos recursos destinados à publicidade governamental, evitando que práticas que possam configurar crime de responsabilidade comprometam a integridade e a confiança na administração pública.

Sala das sessões, ____/____/____

Deputada Caroline De Toni

Partido Liberal/SC



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel. (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254141995900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni

